



# MUNICÍPIO DE SAGRES

C.N.P.J.: 53.310.793/0001-01



## EDITAL - REPETIÇÃO TOMADA DE PREÇOS Nº 01/2023 PROCESSO Nº 25/2023

**Órgão Licitante:** Prefeitura Municipal de Sagres.

**Tipo:** Menor Valor Empreitada Global.

**Publicação:** Resumo do edital publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo, no Jornal de grande circulação no Estado de São Paulo, Jornal regional de circulação no Município, na Imprensa Oficial do Município e no site oficial do Município <https://www.sagres.sp.gov.br/licitacao>

**Início da Licitação:** 10 de Abril de 2023.

**Encerramento da Licitação:** 28 de Abril de 2023, às 09:00 horas.

**Local:** Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Sagres, estabelecida na Rua Vereador José Alexandre de Lima, nº 427 - CEP 17710-000 Sagres/SP.

Em conformidade com a Lei nº 8666/93, atualizada pelas Leis n.ºs 8883/94 e 9032/95, esta **PREFEITURA MUNICIPAL DE SAGRES**, CNPJ nº 53.310.793/0001-01, estabelecida na Rua Vereador José Alexandre de Lima, nº 427 – Centro, CEP: 17.710-000, nesta cidade de Sagres, Estado de São Paulo, torna público, para conhecimento dos interessados, que se encontra aberta a **TOMADA DE PREÇOS N.º 01/2023**, tipo de licitação **MENOR PREÇO GLOBAL**, objetivando a **Contratação de Empresa especializada para Reforma e Construção de Canteiros Centrais no Município de Sagres/SP, em conformidade com o Termo de Convênio nº 103531/2022, com fornecimento de materiais e mão de obra, conforme Projetos, Memorial Descritivo e Cálculo, Planilha Orçamentária e Cronograma Físico-Financeiro, anexos ao presente edital.**

### 1. DAS NORMAS GERAIS:

1.1. O presente Edital de Tomada de Preços obedecerá as normas editadas pela Lei n.º 8666, de 21 de junho de 1993, atualizada pelas Leis n.ºs 8883/94 e 9032/95 e Lei 123/06 e alterações posteriores.

### 2. DO OBJETO:

2.1. Obtenção de proposta mais vantajosa para a Administração Municipal, visando a **contratação dos serviços abaixo especificados:**

Item	Objeto	Especificações técnicas
01	Contratação de empresa especializada para Reforma e Construção de Canteiros Centrais no Município de Sagres/SP, em conformidade com o Termo de Convênio nº 103531/2022, com fornecimento de materiais e mão de obra, conforme Projetos, Memorial Descritivo, Planilha Orçamentária e Cronograma Físico-Financeiro, conforme as especificações e condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.	Projetos – Anexo II Memorial Descritivo e Cálculo – Anexo III Cronograma físico-financeiro – Anexo IV Planilha Orçamentária – Anexo V

### 3. DA EXECUÇÃO E ENTREGA DA OBRA:



# MUNICÍPIO DE SAGRES

C.N.P.J.: 53.310.793/0001-01



3.1. A obra deverá ser executada, obedecendo aos Projetos (Anexo II), Memorial Descritivo e Cálculo (Anexo III), Cronograma físico-financeiro (Anexo IV), e Planilha Orçamentária (Anexo V), expedidos pelo Setor de Engenharia da Prefeitura Municipal de Sagres que deverá elaborar laudo de aceitação da obra, obrigando-se ao licitante vencedor a substituir ou refazer, às suas expensas, aqueles serviços que, por apresentarem qualquer irregularidade, vierem a ser recusados.

3.2. O **Prazo de Entrega** da obra será de até **120 (cento e vinte) dias**, conforme Cronograma Físico – Financeiro (Anexo IV), contados a partir da data de recebimento da ordem de serviço pela licitante vencedora. Se o proponente vencedor deixar de cumprir as exigências da presente licitação ficará sujeito às penalidades da Lei vigente constante do Edital.

3.3. O prazo estipulado para a execução da obra poderá ser prorrogado, por igual período, desde que devidamente justificado, e por meio de requerimento da licitante vencedora, protocolado junto a Prefeitura Municipal, instruído de documentação comprobatória do alegado, que será devidamente analisado pela Prefeitura Municipal.

3.4. Concluída a obra, se estiver em perfeitas condições, atestada pelo Responsável pelo Setor de Engenharia da Prefeitura Municipal de Sagres, será recebida por uma Comissão de Vistoria ou por servidor especialmente designado que lavrará o “TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO” dentro de 05 (cinco) dias da comunicação feita pela licitante vencedora.

3.5. O “TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO” somente será lavrado se todos os serviços da obra estiverem concluídos e forem devidamente aceitos pelo responsável pelo Setor de Engenharia da Prefeitura Municipal de Sagres; do contrário, será lavrado “TERMO DE NÃO RECEBIMENTO”, anulando a solicitação feita anteriormente, devendo a licitante vencedora, depois de atendidas todas as exigências, solicitar novamente o recebimento da obra.

3.6. Após a expedição do “TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO”, a licitante vencedora terá o prazo de 15 (quinze) dias para a apresentação à Prefeitura Municipal de Sagres da CND da obra expedida pelo INSS, ocasião em que será expedido “TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO”.

3.7. A licitante vencedora fica obrigada, pelo período de 05 (cinco) anos, contados a partir do recebimento da obra, a reparar, às suas custas, qualquer defeito quando decorrente de falha técnica devidamente comprovada na execução da obra, sendo responsável pela segurança e solidez dos trabalhos executados, conforme preceitua o art. 618 do Código Civil Brasileiro.

3.8. Os TERMOS DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO e DEFINITIVO não eximirão a licitante vencedora das responsabilidades decorrentes do Contrato e da legislação em vigor.

3.9. A obra não entregue de acordo com as especificações e exigências desta Tomada de Preço não será aceita, com ressarcimento por parte do fornecedor, dos prejuízos causados a esta Prefeitura.

## 4. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

4.1. Os pagamentos serão realizados com base nos serviços efetivamente executados e medidos, respeitados os limites estabelecidos no cronograma físico-financeiro que integra o ANEXO IV, **no prazo de até 30 (trinta) dias**, acompanhado de comprovação do recolhimento de encargos e tributos referentes aos serviços prestados (INSS, FGTS e ISSQN), em conformidade com a Medição aprovada e o Cronograma Físico-Financeiro e Memorial Descritivo.



# MUNICÍPIO DE SAGRES

C.N.P.J.: 53.310.793/0001-01



4.2. As medições da obra executada serão procedidas pelo Arquiteto da Prefeitura de Sagres ou outro servidor designado como Fiscal pela Administração Municipal.

4.3. A matrícula CEI (Cadastro Específico do INSS) ou CNO (Cadastro Nacional de Obras) deve ser obtida pela empresa responsável até 30 dias após o início da execução da obra. Não sendo providenciada, a fiscalização pode realizar a inscrição de ofício e a empresa responsável fica sujeita à multa.

4.4. A medição final, bem como os Termos de Recebimento Provisório e Definitivo da Obra, serão elaborados pelo setor de Arquitetura da Prefeitura Municipal de Sagres, ou por Comissão de Vistoria nomeada para esse fim, ou ainda por servidor qualificado designado pela Administração Municipal para tal finalidade quando concluída toda a obra.

4.5. Caso constatado alguma irregularidade nas faturas/notas fiscais, estas serão devolvidas ao fornecedor, acompanhadas das informações correspondentes às irregularidades verificadas, para as necessárias correções que serão de responsabilidade da licitante.

4.6. Na emissão das notas fiscais devem constar no corpo da nota os dados bancários da Contratada para realização de crédito em conta.

4.7. Os valores contratados e seus respectivos pagamentos serão efetuados de acordo com os serviços efetivamente executados.

## 5. DO REAJUSTE:

5.1. Os valores constantes da proposta vencedora serão fixos e irrevogáveis.

## 6. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

6.1. Os recursos necessários ao adimplemento das obrigações decorrentes da presente licitação correrão por conta de recurso próprio, conforme a seguinte dotação orçamentária para o exercício de 2023:

Setor	Un. Exec	Func. Progr.	Categ. Econ.	Fonte
Serviços Municipais	02.07.00	15.452.0008.1006.0000	4.4.90.51.00	1 – Próprio
		14.452.0008.1004.0000	4.4.90.51.00	2 - Estadual

## 7. DA DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA CADASTRAMENTO:

7.1. A Prefeitura Municipal de Sagres emitirá o Certificado de Registro Cadastral, para as empresas interessadas em participar da presente licitação.

7.2. Só poderão participar da presente licitação as empresas cujo ramo de atividade seja pertinente ao serviço a ser contratado.



# MUNICÍPIO DE SAGRES

C.N.P.J.: 53.310.793/0001-01



7.3. Os documentos para cadastramento devem ser apresentados em ordem, em uma única via, contendo numeração seqüencial, até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas (parágrafo 2º do Art. 22 da Lei nº 8666/93).

## 7.3.1. Habilitação Jurídica:

7.3.1.1. Registro comercial, quando se tratar de Empresa Individual;

7.3.1.2. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor e devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição dos seus administradores;

7.3.1.3. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

7.3.1.4. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

## 7.3.2. Regularidade Fiscal:

7.3.2.1. Comprovante de inscrição e situação cadastral no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), emitido com data não superior a 30 (trinta) dias da data da entrega da documentação para cadastramento;

7.3.2.2. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

7.3.2.3. Prova de regularidade com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal, do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da Lei, relativa aos tributos incidentes sobre o objeto desta licitação;

7.3.2.4. Prova de regularidade relativa e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por Lei.

7.3.2.5. Prova de regularidade para com débitos trabalhistas (CNDT); (Lei 12.440/11)

## 7.3.3. Qualificação Técnica:

7.3.3.1. Prova de registro ou inscrição junto ao CREA/CAU (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo) competente, da empresa e de seus responsáveis técnicos, devidamente atualizados;

## 7.3.4. Qualificação Econômica - Financeira:

7.3.4.1. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da Lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou por balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados a mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;



# MUNICÍPIO DE SAGRES

C.N.P.J.: 53.310.793/0001-01



7.3.4.2. Certidão negativa de falência ou recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica ou, de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física. Nas hipóteses em que a certidão encaminhada for positiva, deve o licitante apresentar comprovante da homologação/deferimento pelo juízo competente do plano de recuperação judicial/extrajudicial em vigor, conforme o disposto na Súmula 50 do TCESP<sup>1</sup>;

**Obs.:** Todos os documentos deverão ser apresentados em original ou em cópia autenticada.

## 8. DA APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES DOCUMENTOS:

8.1. O envelope documentos deverá ser protocolado na Sala de Licitações até o dia **28 de Abril de 2023, às 09:00 horas**, lacrado, constando em sua parte externa a identificação do proponente e as demais inscrições, como segue:

### ENVELOPE Nº 01 – “DOCUMENTOS”

TOMADA DE PREÇO Nº 01/2023

PROCESSO Nº 25/2023

INÍCIO: **10 DE ABRIL DE 2023.**

ENCERRAMENTO: **28 DE ABRIL DE 2023, ÀS 09:00 HORAS.**

8.2. As empresas poderão, durante o processo licitatório, ser representadas por procuradores, desde que apresentem o respectivo instrumento de mandato, com firma reconhecida, anexado ao envelope “DOCUMENTOS”, até a data designada para abertura dos envelopes.

8.3. Documentação exigida para habilitação:

8.3.1. Certificado de Registro Cadastral vigente, emitido pela Prefeitura Municipal de Sagres;

8.3.2. Declaração escrita, firmada pelo representante legal da empresa, de que ela se encontra em situação regular perante o Ministério do Trabalho, em cumprimento ao disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal;

8.3.3. Indicação das instalações e do aparelhamento e do pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;

8.3.4. Prova de registro ou inscrição junto ao CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia) ou CAU (Conselho de Arquitetura e Urbanismo) competente, da empresa e de seus responsáveis técnicos, devidamente atualizados;

8.3.5. Comprovação de possuir nos quadros da empresa, na data de apresentação da proposta, profissional (ais) de nível superior detentor (es) do que segue:

<sup>1</sup> SÚMULA Nº 50 - Em procedimento licitatório, não pode a Administração impedir a participação de empresas que estejam em recuperação judicial, das quais poderá ser exigida a apresentação, durante a fase de habilitação, do Plano de Recuperação já homologado pelo juízo competente e em pleno vigor, sem prejuízo do atendimento a todos os requisitos de habilitação econômico-financeira estabelecidos no edital.



# MUNICÍPIO DE SAGRES

C.N.P.J.: 53.310.793/0001-01



8.3.5.1. Atestado(s) ou certidão (ões) emitido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, acompanhado(s) do(s) respectivo(s) Certificado(s) de Acervo Técnico, expedido(s) pelo(s) CREA(s) ou CAU (s) da(s) região (ões) onde a(s) obra(s) e serviço(s) tenha(m) sido executada(s), que comprove(m) que o profissional executou ou participou de execução de obras e serviços de engenharia, equivalentes ou semelhantes ao objeto desta licitação, conforme Súmula 23 do Tribunal de Contas do Estado<sup>2</sup>.

8.3.5.2. A comprovação de vínculo profissional poderá ser feita nos termos da Súmula 25 do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo<sup>3</sup>:

- no caso de profissional empregado, por meio de Ficha de Registro de Empregado ou cópia autenticada da Carteira de Trabalho e Assistência Social - CTPS;
- no caso de profissional proprietário ou sócio da empresa licitante, mediante apresentação do contrato social em vigor;
- no caso de sociedade por ações, ato constitutivo em vigor, acompanhado da prova de eleição de seus administradores em exercício;
- no caso de profissional autônomo, mediante contrato de prestação de serviços.

8.3.6. Atestado(s) ou certidão (ões) emitido(s) pela contratante em nome da empresa participante, seja ela pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, que comprove(m) que a empresa executou ou participou de execução de obras e serviços de engenharia, equivalentes ou semelhantes ao objeto desta licitação, nos termos da Súmula 24 do TCESP<sup>4</sup>.

8.3.6.1. O (s) atestado (s) deverá (ão) estar necessariamente em nome do licitante e indicar, no mínimo, para execução das obras e serviços objetos deste Edital, considerando-se como parcelas de maior relevância:

Item da Planilha	Descrição dos serviços	Quantidade	Execução mínima do (s) atestado (s) em relação aos projetos
2.2	LANÇAMENTO, ESPALHAMENTO E ADENSAMENTO DE CONCRETO OU MASSA EM LASTRO E/OU ENCHIMENTO	96,57 M3	50%
2.3	EXECUÇÃO DE PERFIL EXTRUSADO NO LOCAL, SEM CONCRETO	74,20 M3	50%

<sup>2</sup> SÚMULA Nº 23 Em procedimento licitatório, a comprovação da capacidade técnico profissional, para obras e serviços de engenharia, se aperfeiçoará mediante a apresentação da CAT (Certidão de Acervo Técnico), devendo o edital fixar as parcelas de maior relevância, vedada a imposição de quantitativos mínimos ou prazos máximos.

<sup>3</sup> SÚMULA Nº 25 Em procedimento licitatório, a comprovação de vínculo profissional pode se dar mediante contrato social, registro na carteira profissional, ficha de empregado ou contrato de trabalho, sendo possível a contratação de profissional autônomo que preencha os requisitos e se responsabilize tecnicamente pela execução dos serviços.

<sup>4</sup> SÚMULA Nº 24 Em procedimento licitatório, é possível a exigência de comprovação da qualificação operacional, nos termos do inciso II, do artigo 30 da Lei Federal nº 8.666/93, a ser realizada mediante apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrados nas entidades profissionais competentes, admitindo-se a imposição de quantitativos mínimos de prova de execução de serviços similares, desde que em quantidades razoáveis, assim consideradas 50% a 60% da execução pretendida, ou outro percentual que venha devida e tecnicamente justificado.



# MUNICÍPIO DE SAGRÉS

C.N.P.J.: 53.310.793/0001-01



--	--	--	--

8.3.7. Certidão negativa de falência ou recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica ou, de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física. Nas hipóteses em que a certidão encaminhada for positiva, deve o licitante apresentar comprovante da homologação/deferimento pelo juízo competente do plano de recuperação judicial/extrajudicial em vigor, conforme o disposto na Súmula 50 do TCESP<sup>5</sup>;

8.3.8. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, devidamente registrado, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data da apresentação da proposta;

8.3.9. Demonstração de índices de capacidade financeira que atenda às seguintes exigências:

ILC - Índice de Liquidez Corrente com valor igual ou superior a 1,00;

ILG - Índice de Liquidez Geral com valor igual ou superior a 1,00;

GE - Grau de Endividamento com valor igual ou inferior a 0,50.

As fórmulas aplicáveis são as seguintes:

$$ILC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

$$ILG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$$

$$GE = \frac{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}{\text{Ativo Total}}$$

8.3.10. Comprovação de Capital ou patrimônio líquido Mínimo registrado e integralizado de 10% do valor total estimado da contratação, ou seja, R\$ 16.302,73 (dezesesseis mil e trezentos e dois reais e setenta e três centavos), oriundo da presente licitação, comprovado mediante apresentação do último instrumento de alteração contratual, admitida à atualização para esta data através de índices oficiais;

8.3.11. Prova de regularidade com a **Fazenda Nacional**, mediante a apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (SRFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive os créditos tributários relativos às contribuições sociais previstas nas alíneas "a", "b" e "c" do parágrafo único do artigo 11 da Lei Federal n.º 8.212/1991, às contribuições instituídas a título de substituição, e às contribuições devidas, por lei, a terceiros;

8.3.12. Prova de regularidade para com a **Fazenda Estadual** do domicílio ou sede do licitante; (abrangendo os Débitos Inscritos em Dívida Ativa) que deverá ser comprovada através da apresentação de "Certidões Negativas ou Certidões Positivas com efeito de Negativa expedida pela Secretaria da

<sup>5</sup> SÚMULA Nº 50 - Em procedimento licitatório, não pode a Administração impedir a participação de empresas que estejam em recuperação judicial, das quais poderá ser exigida a apresentação, durante a fase de habilitação, do Plano de Recuperação já homologado pelo juízo competente e em pleno vigor, sem prejuízo do atendimento a todos os requisitos de habilitação econômico-financeira estabelecidos no edital.



# MUNICÍPIO DE SAGRES

C.N.P.J.: 53.310.793/0001-01



Fazenda do Estado” em que estiver situado o licitante ou **declaração de isenção ou de não incidência** assinada pelo representante legal do licitante, sob as penas da lei, relativa aos tributos incidentes sobre o objeto desta licitação;

8.3.13. Prova de regularidade para com a **Fazenda Municipal** do domicílio ou sede do licitante, podendo ser apresentada certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa, relativa aos tributos incidentes sobre o objeto desta licitação;

8.3.14. Certidão de regularidade para com o **FGTS** (Lei nº 8.036/90);

8.3.15. Prova de regularidade para com débitos trabalhistas (**CNDT**); (Lei 12.440/11).

### 8.3.16. Outras Comprovações:

8.3.16.1. A visita técnica é facultativa, ficando a critério do licitante realizá-la, e poderá ocorrer desde a data da publicação do Aviso do Edital de Licitação até o dia anterior a sessão, devendo ser previamente agendada no Departamento de arquitetura do município e será acompanhada pelo responsável do setor de arquitetura ou serviços municipais.

- A visita técnica ao local da realização dos serviços será feita até o dia anterior ao da abertura dos envelopes mediante agendamento e deverá ser realizada por pessoa devidamente habilitada, com saída da Prefeitura Municipal, localizada na Rua Vereador José Alexandre de Lima, nº 427, Centro, Sagres/SP.

8.3.17. Quando for o caso, para o exercício do direito de preferência (**direito de preferência aplicável somente para os itens de ampla participação**), bem como para a fruição do benefício da habilitação com irregularidade fiscal, a empresa poderá comprovar o enquadramento na qualidade de **microempresa** ou **empresa de pequeno porte** por todos os meios admitidos pelo ordenamento jurídico vigente, incluindo a Certidão expedida pela Junta Comercial na forma do art. 8º da IN 103/2007 do DNRC, devidamente atualizada ou Declaração, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, alterada pela Lei Complementar nº 147, de 7 de agosto de 2014, assinada pelo representante legal da empresa.

### Observação:

- As certidões que não tenham prazo de validade legal ou expresse no documento ter-se-ão como válidas pelo prazo de 90 (noventa) dias de sua emissão.
- Todos os documentos supracitados deverão ser apresentados na forma original ou cópias autenticadas por cartório competente, ou por servidor da Administração, conforme dispõe o artigo 32 da Lei Federal nº 8.666/93.

## 9. APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS:

9.1. A proposta deverá ser preenchida sem rasuras e em papel timbrado da empresa e/ou digitado o cabeçalho com dados da mesma, ou ainda, carimbado.

9.2. Todas as folhas pertencentes à proposta deverão ser devidamente assinadas.



# MUNICÍPIO DE SAGRES

C.N.P.J.: 53.310.793/0001-01



9.3. Iniciada a abertura do envelope proposta não será admitida qualquer retificação, que possa influir no seu julgamento.

9.4. Não será permitido após a abertura do processo licitatório, ingresso de proponente retardatário.

9.5. A proposta deverá ser apresentada em envelope próprio, lacrado, constando em sua parte externa à identificação do proponente e as demais inscrições, como seguem:

## **ENVELOPE Nº 02 – “PROPOSTA”**

**TOMADA DE PREÇO Nº 01/2023**

**PROCESSO Nº 25/2023**

**INÍCIO: 10 DE ABRIL DE 2023.**

**ENCERRAMENTO: 28 DE ABRIL DE 2023, ÀS 09:00 HORAS.**

9.6. A proposta deverá conter:

- a) indicação dos preços unitários e totais em algarismos;
- b) nos preços indicados na proposta deverão estar computadas as despesas de transporte, tributos e demais custos que a compõe;
- c) prazo de validade da proposta de no mínimo 60 (sessenta) dias corridos, a contar do julgamento das propostas;
- d) constar garantia dos materiais e dos serviços executados, nos termos do art. 618 do Código Civil Brasileiro;
- e) declaração que está ciente, aceita e se submete a todas as regras do presente Edital;
- f) declaração elaborada em papel timbrado e subscrita pelo representante legal da licitante, assegurando a inexistência de impedimento legal para licitar ou contratar com a Administração.

9.7. Com a apresentação da proposta por parte do licitante presume-se como aceite, pelo mesmo, todas as cláusulas e condições constantes do presente Edital, bem como as instruções contidas na Lei nº 8666/93, sendo considerado desclassificado o proponente que não atender as exigências do Edital.

9.8. As **propostas** deverão ser apresentadas, juntamente com o envelope Documentos até **às 09:00 horas do dia 03 de Abril de 2023**, impreterivelmente, na Prefeitura Municipal de Sagres, junto à Comissão Municipal Julgadora de Licitação, sito na Rua Vereador José Alexandre de Lima, nº 427, cuja abertura dos envelopes dar-se-á no mesmo dia às 09:00horas.

9.9. O envelope PROPOSTA só será aberto se forem julgados em ordem os documentos apresentados no primeiro, que deverá conter a proposta, elaborada em papel timbrado, datilografado ou impresso com escrita numa só das faces e assinadas, da qual deverá constar, de forma clara e precisa, os elementos e requisitos que a compõem.

## **10. DA HABILITAÇÃO E DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS:**

10.1. Antes de efetuar o julgamento da habilitação, a Comissão de Licitações identificará e comunicará a participação ou não de Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte, para fins de



# MUNICÍPIO DE SAGRES

C.N.P.J.: 53.310.793/0001-01



aplicação das condições especiais de que tratam os artigos 42 e 45 da lei Complementar nº 123/06 e alterações posteriores.

10.2. Será julgada inabilitada a licitante que:

- a) deixar de atender a alguma das exigências constante do presente Edital;
- b) fizer qualquer referência a preços nesta fase da habilitação.

10.3. Em face dos artigos 42 e 43 da Lei Complementar nº 123/06 e alterações posteriores, a Comissão de Licitações promoverá o julgamento da habilitação das licitantes não enquadradas na condição de Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte, e em relação a estas adotará o seguinte procedimento:

a) serão analisados os documentos não integrantes da regularidade fiscal decidindo-se sobre o atendimento das exigências constantes do Edital, de forma que serão inabilitados os licitantes que apresentarem irregularidades em relação a estas exigências;

b) será verificada a existência ou não de restrição de ordem fiscal, declarando-se:

b.1) caso não haja restrição, o atendimento das exigências constantes do edital com a respectiva habilitação; ou

b.2) Em havendo débito deve a microempresa ou empresa de pequeno porte apresentar a certidão positiva e requerer o prazo de que trata o § 1º do art. 43 da Lei Complementar nº 123/06 e alterações posteriores para sua regularização, o que será deferido pela comissão que a habilitará, sob condição.

10.4. Ocorrendo a situação estabelecida no subitem b.2 acima, a licitante Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte poderá se manifestar, na própria sessão, sobre a desistência de sua proposta caso não vislumbre a possibilidade de regularização da habilitação fiscal na forma da lei, isentando-se de eventual penalização na hipótese de ser declarada vencedora do certame, bem como permanecer em silêncio que será presumido como desistência e implicará a sua inabilitação.

10.5. Serão devolvidos os envelopes “Proposta” das licitantes cuja documentação tenha sido julgada definitivamente em desacordo com as exigências do presente Edital, ficando à disposição das empresas inabilitadas para serem retirados após a adjudicação.

10.6. Ultrapassada a fase de habilitação, serão abertos os envelopes “Proposta” das licitantes cuja documentação de habilitação estiver conforme o exigido, desde que transcorrido o prazo sem interposição de recurso ou tenha havido desistência expressa ou após o julgamento dos recursos interpostos na fase de habilitação.

10.7. A presente licitação, para efeitos de julgamento, é do tipo “MENOR PREÇO GLOBAL”, critério que será usado pela comissão de licitação para julgamento e classificação das propostas.

10.8. Serão desclassificadas as propostas:

a) Que não atendam a todas as exigências do ato convocatório, nos termos do inciso I do art. 48 da Lei de Licitações.



# MUNICÍPIO DE SAGRES

C.N.P.J.: 53.310.793/0001-01



b) Que ofereçam vantagens não previstas no Edital, bem como preços e vantagens baseados nas ofertas dos demais licitantes.

c) Com valor global superior ao valor orçado pela PREFEITURA MUNICIPAL DE SAGRES ou com preços manifestamente inexequíveis nos termos do inciso II do art. 48 da Lei de Licitações.

10.9. As propostas serão inicialmente ordenadas em ordem crescente do Valor Global proposto, ou seja, será provisoriamente classificada em primeiro lugar a proposta com menor Valor Global e assim sucessivamente.

10.10. Com base nessa ordem, será verificada a ocorrência da situação de empate legal, prevista no art. 44 da Lei Complementar nº 123/06 e alterações posteriores, em que as propostas apresentadas pelas Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores à proposta mais bem classificada.

10.11. Ocorrendo tal situação, será assegurado, como critério de desempate, a preferência de contratação às Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte, nos seguintes termos:

a) a Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora da classificação provisória, situação em que será classificada em primeiro lugar e declarada vencedora do certame, e após a verificação de sua regularidade fiscal, o objeto licitado será adjudicado em seu favor;

b) não ocorrendo a contratação da Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, na forma do previsto na letra “a” deste subitem, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do parágrafo 1º do art. 44 da Lei Complementar nº 123/06 e alterações posteriores, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

c) no caso de equivalência dos valores apresentados pelas Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte que se encontrem no intervalo estabelecido no parágrafo 1º do art. 44 da Lei Complementar nº 123/06 e alterações posteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique àquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

10.12. A abertura de prazo para apresentação de nova proposta deverá ocorrer na própria sessão, caso a empresa esteja representada e, caso não esteja representada, será de 02 (dois) dias úteis, contados da intimação da licitante, sob pena de decadência do direito de inovar em seu preço.

10.13. Na hipótese da não contratação nos termos previstos no caput do artigo 45 da Lei Complementar nº 123/06 e alterações posteriores, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

10.14. Havendo empate entre duas ou mais propostas, a classificação será feita, obrigatoriamente, por sorteio em ato público para o qual todas as licitantes classificadas serão convocadas.

10.15. A Comissão de Licitações dará ciência aos interessados do resultado da habilitação e da classificação, inclusive dos motivos que deram causa a eventuais inabilitações e desclassificações, na própria sessão e, se não presentes todos os representantes das licitantes, por meio de notificações aos participantes do certame que não contaram com representantes.



# MUNICÍPIO DE SAGRES

C.N.P.J.: 53.310.793/0001-01



## 11. DOS RECURSOS:

11.1. Os licitantes que se sentirem prejudicados, por decisões da comissão de licitação quanto a fase de habilitação e/ou julgamento das propostas poderão interpor recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da intimação da decisão, devendo tais recursos serem processados na forma do art. 109 da Lei 8.666/93.

## 12. DA GARANTIA DO CONTRATO:

12.1. A adjudicatária deverá oferecer, a título de garantia de contrato, conforme o artigo 56, § 2º da Lei Federal nº 8.666/93, o montante de 5% (cinco por cento) do valor contratado, que será prestada no ato da assinatura do contrato, podendo optar por uma das seguintes modalidades, descritas em Lei:

- a) Caução em dinheiro ou título da dívida pública;
- b) Seguro-garantia;
- c) Fiança bancária.

12.2. Se a caução for prestada em título da dívida pública, deverá à vencedora apresentar no ato, relação do mesmo.

12.3. A garantia prestada deverá ter prazo de validade correspondente a todo o período de vigência do contrato, e somente será restituída à contratada após o cumprimento integral das obrigações assumidas e a emissão do Termo de Recebimento Definitivo das Obras por parte da PREFEITURA MUNICIPAL DE SAGRES.

12.4. Desfalcada a garantia prestada, pela imposição de multas ou outro motivo de direito, será notificada a contratada através de correspondência simples, para, no prazo de 02 (dois) dias, complementar o valor caucional. A não apresentação da cobertura da garantia importará em rescisão contratual, com a aplicação das penalidades previstas para descumprimento total da obrigação.

## 13. DO CONTRATO:

13.1. A recusa da adjudicatária em assinar o contrato no prazo de 05 (cinco) dias contados da Notificação feita pela Administração, desde que dentro da validade da proposta, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, nos termos do Artigo 81 da Lei Federal 8.666/93, atualizada pelas Leis 8.883/94 e 9.032/95, sujeitando-se as penalidades legalmente estabelecidas e, em ocorrendo esta hipótese, fica facultado à Administração, transferir a adjudicação aos demais participantes, nos termos do Artigo 64, § 2º da Lei 8.666/93.

13.2. O prazo de vigência do contrato será de até 12 (doze) meses, de acordo com o Cronograma Físico-Financeiro da Obra, contados a partir da data de assinatura do contrato, podendo ser prorrogado, desde que devidamente justificado e de acordo com o art. 57, da Lei nº 8.666/1993.

13.3. A execução do contrato oriundo da presente licitação será acompanhada e fiscalizada pela Prefeitura Municipal de Sagres, nos termos do art. 67, da Lei Federal 8.666/93, através do servidor Carlos Henrique Oliveira Iembo, Arquiteto, de acordo com a Portaria nº 01/2023, de 03 de Janeiro de 2023.

## 14. DAS SANÇÕES:



# MUNICÍPIO DE SAGRES

C.N.P.J.: 53.310.793/0001-01



14.1. Pela inexecução total ou parcial do contrato, a Administração poderá, garantida prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes penalidades:

- a) Advertência por escrito;
- b) Multa por percentual de 2% (dois por cento) por dia de atraso, aplicada sobre o valor do objeto contratado, (Artigo 86 da Lei nº 8666/93, atualizada pelas Leis nº 8883/94 e 9032/95);
- c) Suspensão temporária do direito de participar de licitações municipais e, ainda, contratar com a municipalidade, por um período não superior a 2 (dois) anos;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, na forma do Inciso IV, Artigo 87 da Lei nº 8666/93, atualizada pelas Leis nº 8883/94 e 9032/95.

## 15. DA RESCISÃO:

15.1. Pela inexecução total ou parcial do contrato por parte do licitante vencedor, a Administração Municipal, sem prejuízo das penalidades de que trata o item anterior, poderá rescindir unilateralmente o contrato firmado, nos termos dos Artigos 77 e seguintes da Lei 8.666/93.

## 16. DISPOSIÇÕES LEGAIS:

16.1. A simples participação das licitantes, caracterizada pelo oferecimento da proposta, implicará na sujeição das mesmas a todas as exigências e condições estabelecidas neste Edital.

16.2. Os pedidos de impugnação ao Edital deverão ser protocolados até dois dias úteis antes da data fixada para a abertura dos envelopes.

## 17. DAS DEMAIS NORMAS:

17.1. O órgão licitante se reserva do direito de anular ou revogar a licitação, no todo ou em parte, na forma do Artigo 49 da Lei n.º 8666/93, atualizada pelas Leis nº 8883/94 e 9032/95.

17.2. O presente Edital se sujeita a todas as disposições contidas na Lei 8.666/93, e suas alterações, aplicáveis a esta modalidade de licitação, podendo ser retirado pelos participantes junto ao setor de licitação da Prefeitura Municipal de Sagres, sito na Rua Vereador José Alexandre de Lima, nº 427, no horário das 8h00 às 11h00 (oito às onze horas) e das 13h00 às 17h00 horas (treze às dezessete horas), nos dias úteis, no Setor de Licitações.

17.3. São partes integrantes do Edital a Minuta do Contrato (Anexo I), Projetos (Anexo II), Memorial Descritivo e Cálculo (Anexo III), Cronograma físico-financeiro (Anexo IV), e Planilha Orçamentária (Anexo V).

17.4. Fica eleito o Foro da comarca de Osvaldo Cruz, Estado de São Paulo, para dirimir dúvidas e litígios decorrentes desta licitação.

17.5. Quaisquer esclarecimentos e informações relacionadas a esta licitação serão prestados pela Comissão Municipal Permanente de Licitação, nos dias de expediente, no horário da 08h00 às 11h00 e das 13h00 às 17h00, na Rua Vereador José Alexandre de Lima, nº 427, ou através do telefone (18)



# MUNICÍPIO DE SAGRES

C.N.P.J.: 53.310.793/0001-01



---

3558-1112 - A/C Eleny Pereira Reinaldo Piva - Presidente da Comissão Municipal Julgadora de Licitação.

Sagres/SP, 10 de Abril de 2023.

---

**Roberto Batista Pires**  
= Prefeito =



# MUNICÍPIO DE SAGRES

C.N.P.J.: 53.310.793/0001-01



## ANEXO I MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A **PREFEITURA MUNICIPAL DE SAGRES** E A EMPRESA \_\_\_\_\_, PARA REFORMA E CONSTRUÇÃO DE CANTEIROS CENTRAIS NO MUNICÍPIO DE SAGRES/SP, EM CONFORMIDADE COM O TERMO DE CONVÊNIO Nº 103531/2022, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS E MÃO DE OBRA, POR REGIME DE EMPREITADA GLOBAL DE ACORDO COM OS PROJETOS, MEMORIAL DESCRITIVO, CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO E PLANILHA ORÇAMENTÁRIA.

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE SAGRES**, Estado de São Paulo, situada na Rua Vereador José Alexandre de Lima, nº. 427, CNPJ nº. 53.310.793/0001-01, neste ato representada pelo Prefeito, Sr. Roberto Batista Pires, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade RG nº 18.395.994-2 SSP/SP -SSP/SP e do CPF (MF) nº 058.725.528-58, residente e domiciliado na Rua Marechal Hermes da Fonseca, nº 308, Centro, nesta cidade de Sagres, Estado de São Paulo, denominada neste ato de **CONTRATANTE** e a empresa \_\_\_\_\_, CNPJ nº \_\_\_\_\_, neste ato representada pelo \_\_\_\_\_, Sr. \_\_\_\_\_, portador da Cédula de Identidade RG nº \_\_\_\_\_ e do CPF (MF) nº. \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_, denominada neste ato de **CONTRATADA**, celebram o presente instrumento de contrato de acordo com as disposições nele contidas e de conformidade com a **TOMADA DE PREÇOS Nº 02/2022** e por ele tem as partes entre si, justos e acertados os termos e condições que se seguem:

### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. A CONTRATADA se obriga a executar **os serviços abaixo especificados**:

Item	Objeto	Especificações técnicas
01	Contratação de empresa especializada para Reforma e Construção de Canteiros Centrais no Município de Sagres/SP, em conformidade com o Termo de Convênio nº 103531/2022, com fornecimento de materiais e mão de obra, conforme Projetos, Memorial Descritivo, Planilha Orçamentária e Cronograma Físico-Financeiro, conforme as especificações e condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.	Projetos – Anexo II Memorial Descritivo – Anexo III Cronograma físico-financeiro – Anexo IV Planilha Orçamentária – Anexo V

### CLÁUSULA SEGUNDA - DA EXECUÇÃO E ENTREGA DA OBRA

2.1. A obra deverá ser executada, obedecendo ao Projetos (Anexo II), Memorial Memorial Descritivo e Cálculo (Anexo III), Cronograma físico-financeiro (Anexo IV), e Planilha Orçamentária (Anexo V), expedidos pelo Setor de Engenharia da Prefeitura Municipal de Sagres que deverá elaborar laudo de aceitação da obra, obrigando-se ao licitante vencedor a substituir ou refazer, às suas expensas, aqueles serviços que, por apresentarem qualquer irregularidade, vierem a ser recusados.

2.2. O **Prazo de Entrega** da obra será de até **120 (cento e vinte) dias**, conforme Cronograma Físico – Financeiro (Anexo IV), contados a partir da data de recebimento da ordem de serviço pela



# MUNICÍPIO DE SAGRES

C.N.P.J.: 53.310.793/0001-01



licitante vencedora. Se o proponente vencedor deixar de cumprir as exigências da presente licitação ficará sujeito às penalidades da Lei vigente constante do Edital.

2.3. O prazo estipulado para a execução da obra poderá ser prorrogado, por igual período, desde que devidamente justificado, e por meio de requerimento da licitante vencedora, protocolado junto a Prefeitura Municipal, instruído de documentação comprobatória do alegado, que será devidamente analisado pela Prefeitura Municipal.

2.4. Concluída a obra, se estiver em perfeitas condições, atestada pelo Responsável pelo Setor de Engenharia da Prefeitura Municipal de Sagres, será recebida por uma Comissão de Vistoria ou por servidor especialmente designado que lavrará o “TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO” dentro de 05 (cinco) dias da comunicação feita pela licitante vencedora.

2.5. O “TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO” somente será lavrado se todos os serviços da obra estiverem concluídos e forem devidamente aceitos pelo responsável pelo Setor de Engenharia da Prefeitura Municipal de Sagres; do contrário, será lavrado “TERMO DE NÃO RECEBIMENTO”, anulando a solicitação feita anteriormente, devendo a licitante vencedora, depois de atendidas todas as exigências, solicitar novamente o recebimento da obra.

2.6. Após a expedição do “TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO”, a licitante vencedora terá o prazo de 15 (quinze) dias para a apresentação à Prefeitura Municipal de Sagres da CND da obra expedida pelo INSS, ocasião em que será expedido “TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO”.

2.7. A licitante vencedora fica obrigada, pelo período de 05 (cinco) anos, contados a partir do recebimento da obra, a reparar, às suas custas, qualquer defeito quando decorrente de falha técnica devidamente comprovada na execução da obra, sendo responsável pela segurança e solidez dos trabalhos executados, conforme preceitua o art. 618 do Código Civil Brasileiro.

2.8. Os TERMOS DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO e DEFINITIVO não eximirão a licitante vencedora das responsabilidades decorrentes do Contrato e da legislação em vigor.

2.9. A obra não entregue de acordo com as especificações e exigências desta Tomada de Preço não será aceita, com ressarcimento por parte do fornecedor, dos prejuízos causados a esta Prefeitura.

## CLÁUSULA TERCEIRA- DAS SANÇÕES

3.1. Pela inexecução total ou parcial do contrato, a administração poderá, garantida prévia defesa, aplicar a CONTRATADA as seguintes penalidades:

- a) advertência por escrito;
- b) multa por percentual de 2% (dois por cento) por dia de atraso, aplicada sobre o valor do objeto contratado; (Artigo 86 da Lei nº 8666/93, atualizada pelas Leis nº 8883/94 e 9032/95);
- c) suspensão temporária do direito de participar de licitações municipais e, ainda, contratar com a municipalidade, por um período não superior a 2 (dois) anos;
- d) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, na forma do Inciso IV, Artigo 87 da Lei n.º 8666/93, atualizada pelas Leis nº 8883/94 e 9032/95.

## CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR DO CONTRATO E REAJUSTE

4.1. O presente contrato fica estimado em R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_), ficando ajustados os preços conforme Planilha Orçamentária proposta pela Contratada.



# MUNICÍPIO DE SAGRES

C.N.P.J.: 53.310.793/0001-01



4.2. Os valores constantes da proposta vencedora serão fixos e irrevogáveis.

## CLÁUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO

5.1. Os pagamentos serão realizados com base nos serviços efetivamente executados e medidos, respeitados os limites estabelecidos no cronograma físico-financeiro que integra o ANEXO V, **no prazo de até 30 (trinta) dias**, acompanhado de comprovação do recolhimento de encargos e tributos referentes aos serviços prestados (INSS, FGTS e ISSQN), em conformidade com a Medição aprovada e o Cronograma Físico-Financeiro e Memorial Descritivo.

5.2. As medições da obra executada serão procedidas pelo Arquitetura da Prefeitura de Sagres ou outro servidor designado como Fiscal pela Administração Municipal;

5.3. A medição final, bem como os Termos de Recebimento Provisório e Definitivo da Obra, serão elaborados pelo Arquiteto da Prefeitura Municipal de Sagres, ou por Comissão de Vistoria nomeada para esse fim, ou ainda por servidor qualificado designado pela Administração Municipal para tal finalidade quando concluída toda a obra.

5.4. Caso constatado alguma irregularidade nas faturas/notas fiscais, estas serão devolvidas ao fornecedor, acompanhadas das informações correspondentes às irregularidades verificadas, para as necessárias correções que serão de responsabilidade da licitante.

5.5. Na emissão das notas fiscais devem constar no corpo da nota os dados bancários da Contratada para realização de crédito em conta.

## CLÁUSULA SEXTA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

6.1. Os recursos necessários ao adimplemento das obrigações decorrentes da presente licitação, correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

Setor	Un. Exec	Func. Progr.	Categ. Econ.	Fonte
Serviços Municipais	02.07.00	15.452.0008.1006.0000	4.4.90.51.00	1 – Próprio
		14.452.0008.1004.0000	4.4.90.51.00	2 - Estadual

## CLÁUSULA SÉTIMA – DA GARANTIA CONTRATUAL

7.1. A CONTRATADA oferece, a título de garantia do Contrato, e conforme o art. 56, § 2º da Lei 8.666/93, a importância de R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_), correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do mesmo, sob forma de .....

7.2. A garantia prestada no presente contrato, sob forma de \_\_\_\_\_, será restituída à CONTRATADA após o cumprimento integral das obrigações assumidas e a emissão do Termo de Recebimento Definitivo das Obras por parte da PREFEITURA MUNICIPAL DE SAGRES.

7.3. Desfalçada a garantia prestada, pela imposição de multas ou outro motivo de direito, será notificada a contratada através de correspondência simples, para, no prazo de 02 (dois) dias,



# MUNICÍPIO DE SAGRES

C.N.P.J.: 53.310.793/0001-01



complementar o valor caucional. A não apresentação da cobertura da garantia importará em rescisão contratual, com a aplicação das penalidades previstas para descumprimento total da obrigação.

## CLÁUSULA OITAVA – DA RESCISÃO

8.1. Pela inexecução total ou parcial do contrato por parte da CONTRATADA, a Administração Municipal, sem prejuízo das penalidades de que trata o item correspondente, poderá rescindir unilateralmente o contrato firmado, nos termos dos Artigos 77 e seguintes da Lei 8.666/93.

## CLÁUSULA NONA - DA VIGÊNCIA

9.1. O prazo de vigência do presente contrato é de até **12 (doze) meses**, contados a partir da data de assinatura do contrato, podendo ser prorrogado, desde que devidamente justificado e de acordo com o art. 57, da Lei nº 8.666/1993.

9.2 A execução do contrato oriundo da presente licitação será acompanhada e fiscalizada pela Prefeitura Municipal de Sagres, nos termos do art. 67, da Lei Federal 8.666/93, através do servidor Carlos Henrique Oliveira Iembo, Arquiteto, de acordo com a Portaria nº 01/2023, de 03 de Janeiro de 2023.

## CLÁUSULA DÉCIMA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

10.1. A CONTRATANTE não se responsabilizará por eventuais acidentes de trabalho que vierem a ocorrer, nem por eventuais danos causados a terceiros que possam resultar de execução do presente Contrato.

10.2. A CONTRATADA se obriga a pagar todos os encargos sociais, previdenciários, trabalhistas, legais, advindos da execução deste Contrato, no que se refere aos seus próprios funcionários, o qual não acarretará de espécie alguma responsabilidade para a CONTRATANTE.

10.3. A CONTRATADA se obriga a apresentar a Anotação de Responsabilidade Técnica - ART emitida pelo CREA.

10.4. A matrícula CEI (Cadastro Específico do INSS) ou CNO (Cadastro Nacional de Obras) deve ser obtida pela empresa responsável até 30 dias após o início da execução da obra.

10.5. A CONTRATADA não poderá transferir a terceiros, no todo ou em parte, os serviços objeto do presente Contrato, sem a prévia e expressa anuência da CONTRATANTE, sob pena de rescisão deste Contrato.

10.6. A CONTRATADA garantirá os serviços executados pelos prazos estipulados nas normas técnicas e na legislação em vigor, ficando a mesma, obrigada a refazer as obras, caso venham a serem recusadas.

10.7. A CONTRATANTE designará servidores competentes e responsáveis para fiscalizar e acompanhar as obras a serem executadas.

10.8. Entregue em definitivo, cada etapa de serviços, devidamente executados, a CONTRATADA deverá deixar os locais dos mesmos totalmente livres, recolhendo os seus equipamentos, utensílios e outros.



# MUNICÍPIO DE SAGRES

C.N.P.J.: 53.310.793/0001-01



10.9. Todo pessoal empregado na execução dos serviços ficará sob a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive quanto aos pagamentos de vencimentos, encargos, locomoção, alojamento, alimentação e outros aspectos, não cabendo, portanto, à CONTRATANTE, quaisquer responsabilidades nesses sentidos.

10.10. O presente contrato vincula-se às disposições contidas na **TOMADA DE PREÇOS Nº \_\_\_/2023** e respectiva proposta vencedora.

10.11. A CONTRATADA obriga-se a manter, durante toda a execução do contrato, as mesmas condições de habilitação demonstradas quando de sua participação na **TOMADA DE PREÇOS Nº \_\_\_/2023**.

10.12. Fica eleito o Foro da comarca de Osvaldo Cruz, Estado de São Paulo, para dirimir as dúvidas que porventura venham a surgir no cumprimento do Contrato em questão.

10.13. E, estando assim, devidamente acertados e ajustados, firmam o presente instrumento em quatro vias de igual valor, teor e forma e na presença de duas testemunhas que também o assinam.

\*\*\*\*\*/SP, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2023.

\_\_\_\_\_  
**Prefeitura Municipal de Sagres**

**CONTRATANTE**

Roberto Batista Pires

Prefeito Municipal

\_\_\_\_\_  
**CONTRATADA**

\_\_\_\_\_  
\*\*\*\*\*/ (nome completo)

**Fiscalizador do Contrato**

TESTEMUNHAS:

\_\_\_\_\_  
Nome:

RG:

\_\_\_\_\_  
Nome:

RG:



# MUNICÍPIO DE SAGRES

C.N.P.J.: 53.310.793/0001-01



## ANEXO LC-01 - TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO (CONTRATOS) (REDAÇÃO DADA PELA RESOLUÇÃO Nº 11/2021)

CONTRATANTE: \_\_\_\_\_

CONTRATADO: \_\_\_\_\_

CONTRATO Nº (DE ORIGEM): \_\_\_\_\_

OBJETO: \_\_\_\_\_

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

### 1. Estamos CIENTES de que:

- a) o ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
- c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d) as informações pessoais dos responsáveis pela contratante e interessados estão cadastradas no módulo eletrônico do “Cadastro Corporativo TCESP – CadTCESP”, nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº01/2020, conforme “Declaração(ões) de Atualização Cadastral” anexa (s);
- e) é de exclusiva responsabilidade do contratado manter seus dados sempre atualizados.

### 2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:

- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

LOCAL e DATA: \_\_\_\_\_

### AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE:

Nome: \_\_\_\_\_

Cargo: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

### RESPONSÁVEIS PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME OU RATIFICAÇÃO DA DISPENSA/INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:

Nome: \_\_\_\_\_

Cargo: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

### RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE:

#### Pelo contratante:

Nome: \_\_\_\_\_

Cargo: \_\_\_\_\_



# MUNICÍPIO DE SAGRÉS

C.N.P.J.: 53.310.793/0001-01



CPF: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

**Pela contratada:**

Nome: \_\_\_\_\_

Cargo: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

**ORDENADOR DE DESPESAS DA CONTRATANTE:**

Nome: \_\_\_\_\_

Cargo: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

**GESTOR(ES) DO CONTRATO:**

Nome: \_\_\_\_\_

Cargo: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

**DEMAIS RESPONSÁVEIS (\*):**

Tipo de ato sob sua responsabilidade: \_\_\_\_\_

Nome: \_\_\_\_\_

Cargo: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

(\*) - O Termo de Ciência e Notificação e/ou Cadastro do(s) Responsável(is) deve identificar as pessoas físicas que tenham concorrido para a prática do ato jurídico, na condição de ordenador da despesa; de partes contratantes; de responsáveis por ações de acompanhamento, monitoramento e avaliação; de responsáveis por processos licitatórios; de responsáveis por prestações de contas; de responsáveis com atribuições previstas em atos legais ou administrativos e de interessados relacionados a processos de competência deste Tribunal. Na hipótese de prestações de contas, caso o signatário do parecer conclusivo seja distinto daqueles já arrolados como subscritores do Termo de Ciência e Notificação, será ele objeto de notificação específica. *(inciso acrescido pela Resolução nº 11/2021).*



# MUNICÍPIO DE SAGRES

C.N.P.J.: 53.310.793/0001-01



## ANEXO LC-02 - DECLARAÇÃO DE DOCUMENTOS À DISPOSIÇÃO DO TCE-SP

CONTRATANTE: CNPJ N°:

CONTRATADA: CNPJ N°:

CONTRATO N° (DE ORIGEM):

DATA DA ASSINATURA:

VIGÊNCIA:

OBJETO:

VALOR (R\$):

Declaro(amos), na qualidade de responsável(is) pela entidade supra epigrafada, sob as penas da Lei, que os demais documentos originais, atinentes à correspondente licitação, encontram-se no respectivo processo administrativo arquivado na origem à disposição do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, e serão remetidos quando requisitados.

*Em se tratando de obras/serviços de engenharia:*

Declaro(amos), na qualidade de responsável(is) pela entidade supra epigrafada, sob as penas da Lei, que os demais documentos originais, atinentes à correspondente licitação, em especial, os a seguir relacionados, encontram-se no respectivo processo administrativo arquivado na origem à disposição do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, e serão remetidos quando requisitados:

- a) memorial descritivo dos trabalhos e respectivo cronograma físico-financeiro;
- b) orçamento detalhado em planilhas que expressem a composição de todos os seus custos unitários;
- c) previsão de recursos orçamentários que assegurem o pagamento das obrigações decorrentes de obras ou serviços a serem executados no exercício financeiro em curso, de acordo com o respectivo cronograma;
- d) comprovação no Plano Plurianual de que o produto das obras ou serviços foi contemplado em suas metas;
- e) as plantas e projetos de engenharia e arquitetura.

f) LOCAL e DATA:

RESPONSÁVEL: (nome, cargo, e-mail e assinatura)



# MUNICÍPIO DE SAGRES

C.N.P.J.: 53.310.793/0001-01



- 
- Anexo II – Projetos.
  
  - Anexo III – Memorial Descritivo e Cálculo.
  
  - Anexo IV – Cronogramas Físico – Financeiro.
  
  - Anexo V – Planilha Orçamentária.